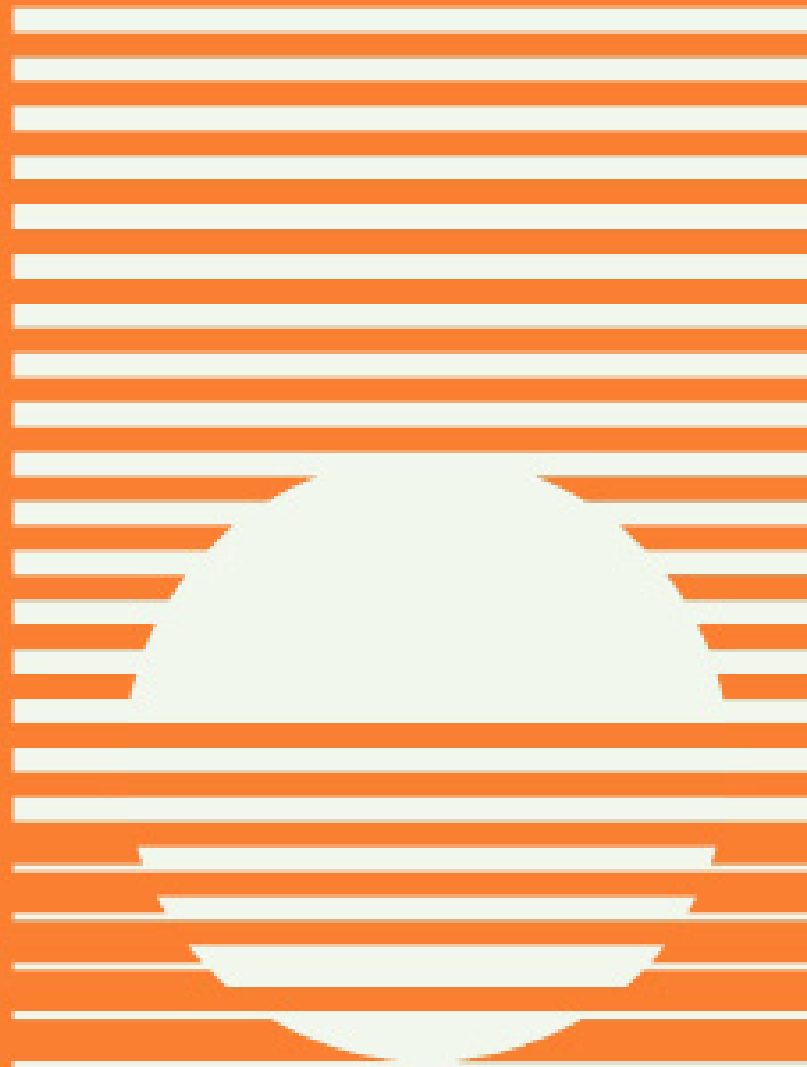


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



12
2018



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editor Executivo: Roger Lucas Correa Martins

Editora Adjunta: Patrícia Porto de Barros

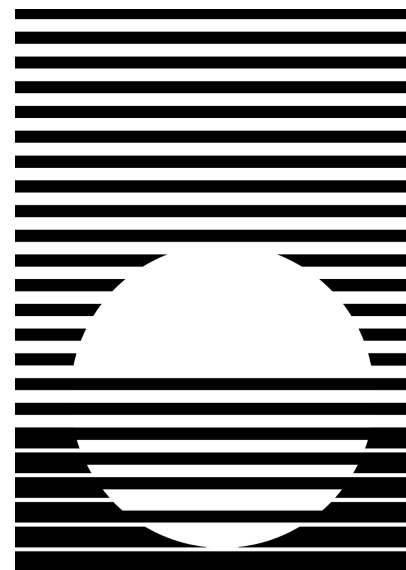
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Fernanda Ramos Ferreira, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar, Liara Farias Bambirra, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Maria del Carmen Villareal Villamar, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 | Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Brasil se retira do Pacto Global para a Migração
Diferentes atores se posicionam sobre a mudança da Embaixada brasileira em Israel
Relações jurídicas de empresas brasileiras são destaque nos noticiários

Página 05

Negociações climáticas: COP-24 e governo brasileiro frustram expectativas
Brasil segue implementando sua agenda de Cooperação Sul-Sul
Maduro acusa governo Bolsonaro de conspirar contra a Venezuela

Página 06

Venezuela intercepta navio da Exxon em Esequibo
Mulheres enfrentam dificuldades no acesso à justiça

Página 07

Chile é o primeiro país sul-americano a não aderir ao pacto migratório da ONU
Uruguai rejeita pedido de asilo de ex-presidente do Peru
Frente Amplio expulsa secretário-geral da OEA e inabilita ex-vice-presidente
Diversos problemas causados pela diplomacia chilena

Página 08

Argentina sedia Cúpula do G20
Argentina e Equador assinam dezenas de acordos de cooperação com a China
Equador fecha acordos bilaterais com China, Colômbia e Peru

Página 09

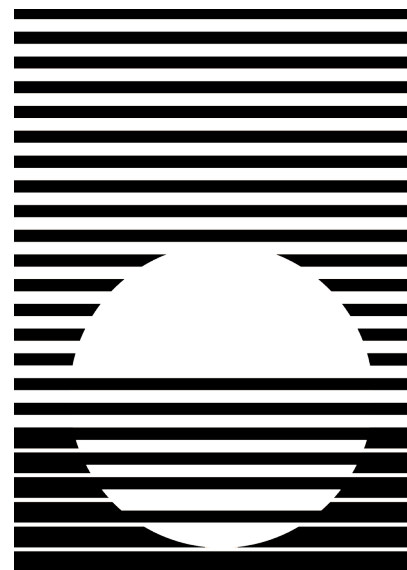
Novo presidente mexicano sinaliza transformações para o país
López Obrador define novos rumos para a política externa mexicana

Página 10

Países latino-americanos procuram sistematizar dados sobre cooperação na região
Ministra de Relações Internacionais e Cooperação anuncia “nova era” para a política externa sul-africana
Índia avança projetos de cooperação com a França e a China

Página 11

China segue sua corrida para alcançar as outras potências
Governo turco busca reduzir influência de Gülen e acelerar sua extradição
Direitos humanos são ameaçados do sul ao norte



Brasil se retira do Pacto Global para a Migração

No dia 10 de dezembro, foi assinado formalmente o Pacto Global para a Migração, em encontro realizado na cidade de Marrakesh, no Marrocos. Conforme noticiado no Conjuntura do mês de novembro, diversos países se opuseram e/ou se abstiveram de aderir ao Pacto. Contudo, o Brasil, que firmou o compromisso, vai se retirar do Acordo. No mesmo dia em que foi realizada a cerimônia no Marrocos, o atual Chanceler do governo Bolsonaro, anunciou que em 2019 o país não iria mais compor o grupo de 160 países que firmaram o Pacto. De acordo com o novo governo do Brasil, a migração não é um tema que deve ser tratado de maneira global, mas de acordo com a soberania de cada Estado. Por outro lado, a Rede de Direitos dos Migrantes, criada também no contexto de aprovação do Pacto Global, juntamente a migrantes que se reuniram paralelamente em Marrakesh na Cúpula dos Povos, propôs um Pacto Global de Solidariedade pelos Direitos dos Migrantes. A ideia é que a atuação global seja a partir da primazia dos Direitos Humanos, e do reconhecimento de migrantes e refugiados para além de suas categorizações, superando interesses lucrativos dos Estados, e assegurando a multilateralidade e a democracia da ONU. Na Cúpula dos Povos, o consenso foi quanto a necessidade de soberania alimentar das pessoas, permitindo que os indivíduos tenham direito a uma vida decente, sem necessidade de deslocamento forçado. A ActionAid divulgou uma análise minuciosa do Pacto Global demonstrando os pontos que justificam a desesperança dos migrantes e defensores da agenda com o documento. A organização apontou como lacunas a ausência de propostas de solução para temas de proteção, caminhos para migração segura e políticas de repatriação. Outra dimensão que o Pacto não satisfaz é quanto ao gênero, já que, apesar de reconhecê-la, não leva em conta a interseccionalidade e discriminação enfrentada por mulheres migrantes. Mas a ActionAid sublinha que, por outro lado, a recusa na adoção do Pacto é a perda de oportunidade para o enfrentamento coletivo dos desafios da migração, e cria dificuldades para reconhecimento de seus benefícios aos Estados.

Fontes: [Agência Brasil](#), 10/12/2018; [Aljazeera](#), 10/12/2018; [Instituto Humanitas Unisinos](#), 20/12/2018; [Irin News](#), 12/11/2018; [La Via Campesina](#), 15/12/2018; [RTP Notícias](#), 11/12/2018.

Diferentes atores se posicionam sobre a mudança da Embaixada brasileira em Israel

Em dezembro de 2018, após o anúncio de Jair Bolsonaro sobre mudança da embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, diferentes atores, domésticos e internacionais, deram declarações sobre essa decisão do novo governo. Em uma carta enviada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a Liga Árabe alertou que a transferência da Embaixada poderia prejudicar as relações com os países árabes. Os exportadores brasileiros de carne halal, carnes de animais abatidos de acordo com regras estabelecidas no Alcorão, também têm se posicionado contra a mudança, tendo em vista que isso poderia afetar fortemente as exportações, especialmente das empresas BRF e JBS, para os principais mercados do Oriente Médio. Por outro lado, o pastor Silas Malafaia, um dos principais líderes da religião evangélica no Brasil, declarou que Bolsonaro perderá crédito entre seus apoiadores evangélicos se voltar atrás da decisão, frisando que essa promessa ajudou a garantir apoio dos evangélicos à sua candidatura. Por outro lado, os parlamentares brasileiros se dividiram entre declarações de apoio e crítica a mudança. Em 28 de dezembro, o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, chegou ao Brasil para uma visita de cinco dias. Foi a primeira visita de um primeiro-ministro israelense em exercício ao país desde a fundação do Estado judeu, em 1948.

Fontes: [Estadão](#), 30/12/2018; [Estadão](#), 30/12/2018; [Folha de São Paulo](#), 10/12/2018, [Folha de São Paulo](#), 30/12/2018; [Folha de São Paulo](#), 30/12/2018.

Relações jurídicas de empresas brasileiras são destaque nos noticiários

Em dezembro de 2018, foram noticiadas diferentes decisões e acordos judiciais envolvendo empresas brasileiras e países estrangeiros. No início do mês, o Ministério Público Federal do Brasil informou ter feito um ajuste no acordo de leniência do grupo J&F para que a empresa pudesse negociar um com as autoridades dos EUA. O ajuste refere-se à inclusão de cláusulas que preveem que, caso o grupo feche negociação com outro país, quaisquer pagamentos a entidades estrangeiras serão antecedidos de igual repasse ao Brasil. No dia 8 de dezembro, autoridades do Peru e a Odebrecht assinaram um acordo de colaboração no qual a construtora brasileira se

compromete a fornecer informações sobre pagamento de subornos a funcionários peruanos. Supõe-se que o mesmo fornecerá provas relevantes para as acusações contra importantes políticos peruanos, incluindo os ex-presidentes Alejandro Toledo, Ollanta Humala, Pedro Pablo Kuczynski e Alan García, bem como a líder da oposição Keiko Fujimori. O acordo prevê uma reparação civil, que a Odebrecht deve pagar ao Estado peruano, e permite que a empresa continue operando no Peru. Na Colômbia, em 13 de dezembro, o Tribunal Administrativo de Cundinamarca, de Bogotá, multou a construtora Odebrecht em cerca de US\$ 251 milhões devido a seu envolvimento em escândalos de corrupção no país. A empresa foi proibida de realizar contratos com entidades oficiais por dez anos.

Fontes: [El Espectador](#), 27/12/2018; [Estadão](#), 09/12/2018; [Folha de São Paulo](#), 09/12/2018; [G1](#), 07/12/2018; [G1](#), 14/12/2018.

Negociações climáticas: COP-24 e governo brasileiro frustram expectativas

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) realizou, em dezembro de 2018, a 24ª Conferência das Partes (COP-24), em Katowice, Polônia. Após a publicação do último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), experts e cientistas afirmaram ser econômica e tecnicamente viável manter a elevação da temperatura média da superfície terrestre dentro do limite de 1,5° C. No entanto, grandes líderes mundiais não priorizaram o encontro, cuja declaração final frustrou as expectativas ao apenas balizar regras para a continuidade do Acordo de Paris e definir mecanismos voluntários de transparência para medir os esforços nacionais. Embora países dos BRICS tenham assinado, durante a reunião do G-20, em Buenos Aires, uma declaração de apoio ao Acordo de Paris, o cenário não parece ser animador para os compromissos assumidos. No caso do Brasil, em particular, enquanto o mundo se preparava para a COP-24 na Polônia, o recém-eleito presidente, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), comunicava que o país não mais sediaria a próxima COP. Ademais, Bolsonaro também anunciou que o Brasil sairia do Acordo de Paris depois de sua posse, tendo voltado atrás sobre esse tema alguns dias depois. ONGs ambientalistas nacionais e internacionais anunciaram sua preocupação com as declarações do governo Bolsonaro. No bojo da decisão brasileira, o Chile foi o escolhido para sediar a COP-25.

Fontes: [Bloomberg](#), 13/12/2018; [Estadão](#), 01/01/2019; [Folha de São Paulo](#), 14/12/2018; [Folha de São Paulo](#), 15/12/2018; [Forbes](#), 11/12/2018; [G1](#), 30/11/2018; [IISD](#), 20/12/2018; [O Globo](#), 13/12/2018; [Revista Galileu](#), 17/12/2018; [Rfi](#), 16/12/2018; [The Independent](#), 02/12/2018; [Valor Econômico](#), 17/12/2018; [Vice](#), 02/01/2019.

Brasil segue implementando sua agenda de Cooperação Sul-Sul

Nos dias 12 e 13 de dezembro, ocorreu o seminário Cooperação Internacional: Financiamento para o Desenvolvimento, em Brasília. O objetivo do seminário foi discutir os resultados preliminares de dois estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com o apoio da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). Na ocasião, o Ipea apresentou dados sobre a cooperação internacional realizada pelo Brasil, referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016. Na cooperação bilateral, em 21 de dezembro de 2018, Brasil e Paraguai assinaram um acordo bilateral, que prevê a construção de duas novas pontes rodoviárias que ligarão os dois países, cruzando os rios Paraná e Paraguai. Uma das pontes vai conectar Presidente Franco, no Paraguai, a Foz do Iguaçu. A outra, ligará Carmelo Peralta, no país vizinho, com Porto Murtinho, no estado do Mato Grosso do Sul. Esta última é complementar a uma rota que unirá os portos do Chile, no Oceano Pacífico, com os portos brasileiros no Oceano Atlântico, através do Paraguai, o que demonstra sua importância estratégica. O investimento para a construção das pontes, US\$ 270 milhões, será financiado pela usina hidrelétrica de Itaipu. Com os países africanos, o Brasil assinou um projeto de cooperação técnica com Cabo Verde e Senegal, para a criação de Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados, que foi eleito como uma das cinco melhores ações de Cooperação Sul-Sul do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Fontes: [BOL](#), 21/12/2018; [IPC-UNDP](#), 19/12/2018; [ONU](#), 19/12/2018; [UOL](#), 05/12/2018.

Maduro acusa governo Bolsonaro de conspirar contra a Venezuela

No dia 16 de dezembro, o governo da Venezuela anunciou que não viria à posse de Jair Bolsonaro, alegando que ele representa o fascismo, a intolerância

e os interesses contrários à integração regional. O chanceler brasileiro negou que houvesse sido feito um convitesentido, em respeito ao povo venezuelano, o qual precisaria ser “libertado” de Nicolás Maduro. Em resposta, o chanceler venezuelano tornou públicas as notas diplomáticas supostamente enviadas pelo Brasil à Venezuela. Maduro também classificou o vice-presidente, General Mourão, como “louco da cabeça” e “presidente paralelo”. A crítica a Mourão foi feita depois do general afirmar que o governo de Maduro estaria próximo do fim. Ademais, Maduro voltou a mencionar uma conspiração contra seu país, liderada pelos EUA, com apoio de Brasil e Colômbia. Segundo ele, a reunião entre o assessor de Segurança Nacional dos EUA, John Bolton, e Bolsonaro, incluiu instruções para futuras provocações na fronteira do Brasil com a Venezuela. Quanto à possibilidade de intervenção no país, o mandatário disse que a Milícia Nacional Bolivariana, composta por 1,6 milhão de pessoas, estará armada “até os dentes”. Além disso, no início do mês de dezembro, Rússia e Venezuela reafirmaram sua aliança econômica e militar. No dia 5 de janeiro, Maduro viajou a Moscou para encontrar-se com Vladimir Putin, presidente da Rússia. Putin rechaçou o uso da força como saída para a situação política na Venezuela. Como resultado da reunião, foram anunciados contratos de investimentos russos no valor de US\$ 6 bilhões nas áreas de mineração e petróleo na Venezuela. Além disso, no dia 10 de janeiro, realizaram-se exercícios militares entre os dois países, em território venezuelano, com o envio de quatro aeronaves russas, incluindo dois bombardeiros. Segundo o ministro da defesa da Venezuela, os exercícios serviriam para demonstrar que estão prontos para defender o país até o último momento.

Fontes: [El Nacional](#), 14/12/2018; [El Nacional](#), 17/12/2018; [El Universal](#), 06/12/2018; [G1](#), 12/12/2018; [G1](#), 20/12/2018; [O Estado de São Paulo](#), 18/12/2018.

Venezuela intercepta navio da Exxon em Esequibo

Em 22 de dezembro, a marinha da Venezuela interceptou temporariamente um navio que a empresa estadunidense Exxon utiliza nas suas atividades de exploração de petróleo no mar de Esequibo sob a acusação de que a embarcação teria invadido seu espaço marítimo. A Exxon alegou que tinha autorização do governo da Guiana para operar na área. Este, por sua vez, acusou a marinha venezuelana de

desrespeitar a soberania do país e avisou que reportará o caso à ONU. Autoridades dos EUA, do Reino Unido e da Comunidade do Caribe (CARICOM) também condenaram a ação da Venezuela. Entretanto, em 28 de dezembro, Nicolás Maduro, durante uma cerimônia militar, condecorou os marinheiros envolvidos no episódio, o qual classificou como uma ação de ingerência do “império norte-americano”. Em 30 de dezembro, Maduro aprovou um decreto para intensificar medidas de defesa no litoral do país.

Fontes: [El Universal](#), 30/12/2018; [Demerara](#), 25/12/2018; [VTV](#), 28/12/2018.

Mulheres enfrentam dificuldades no acesso à justiça

No dia 7 de dezembro, Damares Alves foi anunciada como ministra do governo Bolsonaro, em que comandará a nova pasta das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos. Integrante de um governo que declarou publicamente querer combater a “ideologia de gênero”, Damares é contra a legalização do aborto no Brasil, em qualquer circunstância, e rejeita que o tema seja visto como uma questão de saúde pública, apesar de serem registradas no país milhares de mortes por ano decorrentes de interrupções clandestinas da gravidez. Na contramão, na Colômbia, organizações de mulheres realizaram, conjuntamente com parlamentares colombianos, o primeiro tribunal para a justiça patriarcal, no dia 10 de dezembro. O objetivo foi debater, propor e pensar coletivamente sobre ações para enfrentar o patriarcado, sobretudo, no que se refere aos índices de impunidade de casos de violência contra as mulheres e sua relação com o modelo de justiça colombiano. Na Argentina, o Comitê especializado da Convenção de Belém do Pará pediu para que o Supremo Tribunal Argentino revisasse o julgamento da morte de Lucía Pérez, sexualmente abusada e assassinada por três homens em 2016. O Tribunal não considerou o caso como feminicídio e absolveu os criminosos, somente os condenando por comercialização de drogas. A OEA enviou uma carta expressando sua preocupação com a sentença e ressaltou que a Corte Interamericana de Direitos Humanos ratifica em diversos casos que o uso dos estereótipos de gênero representa uma clara violação de direitos humanos das mulheres.

Fontes: [El País](#), 07/12/2018; [La Tinta](#), 03/12/2018; [La Tinta](#), 14/12/2018.

Chile é o primeiro país sul-americano a não aderir ao pacto migratório da ONU

Em 19 de dezembro de 2018, foi firmado o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, acordado em julho na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). O documento visa estabelecer parâmetros para políticas nacionais de migração, com propostas para combater o tráfico humano e assegurar o respeito à dignidade dos imigrantes, em um momento em que o número de pessoas que se desloca pelo mundo chega a 250 milhões, o que equivale a pouco mais de 3% da população mundial. Ainda que o pacto não imponha obrigações legais aos Estados, ele vem sendo abandonado por vários países sob governos nacionalistas de direita, sob a alegação de que o mesmo põe em risco a soberania nacional. Durante a votação, o Chile se absteve, justificando que o Pacto não protege totalmente seus interesses legítimos e dificulta a proteção das fronteiras chilenas. Especialistas chilenos em Direito Internacional criticaram a decisão, tendo em vista que o documento não contradiz nenhum dos acordos ou legislações anteriores que o país já tenha assinado. Ademais, a ausência do Chile em uma instância internacional de diálogo sobre a migração também implica eliminar uma oportunidade potencial do país exercer alguma liderança neste tema. Além do Chile, Austrália, Bélgica, Bulgária, Eslováquia, EUA, Hungria, Israel, Letônia, Polônia, República Dominicana, República Tcheca e Suíça renunciaram ao pacto ou expressaram reservas a ele.

Fontes: Fontes: [Cooperativa CL](#), 13/12/2018; [O Globo](#), 09/12/2018; [RadioUC](#), 19/12/2018.

Uruguai rejeita pedido de asilo de ex-presidente do Peru

No início do mês de dezembro, o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, anunciou que o governo decidiu negar o pedido de asilo de Alan García, ex-presidente do Peru. Vázquez afirmou que a decisão foi tomada com base em considerações estritamente jurídicas, após o governo uruguaio avaliar as documentações enviadas pela justiça peruana e pelo próprio García. O ministro de Relações Exteriores, Rodolfo Nin Novoa, disse ainda que o governo uruguaio considerou que as acusações da justiça do Peru à García não representam perseguição política e que, de fato, elas estão relacionadas a problemas

econômicos e administrativos ocorridos durante a gestão do ex-presidente do Peru. Por isso, Novoa orientou a Embaixada do Uruguai em Lima que convidasse García a se retirar da representação diplomática uruguaia. Em nota, o ex-mandatário peruano agradeceu a hospitalidade do embaixador uruguaio no Peru, Carlos Barros, e afirmou que estará à disposição das autoridades peruanas responsáveis pelas investigações.

Fontes: [El Observador](#), 03/12/2018; [El Observador](#), 03/12/2018; [El País](#), 04/12/2018; [El País](#), 03/12/2018; [El País](#), 03/12/2018; [El País](#), 04/12/2018; [G1](#), 03/12/2018; [La República](#), 03/12/2018.

Frente Amplio expulsa secretário-geral da OEA e inabilita ex-vice-presidente

A coalizão governista do Uruguai, Frente Amplio, por meio de seu Tribunal de Conduta Política (TCP), decidiu expulsar Luis Almagro, atual secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), de seu quadro de filiados. De acordo com a imprensa uruguaia, o principal motivo da expulsão são as críticas recorrentes que Almagro tem feito à Venezuela. Uma de suas principais polêmicas foi um comentário em que ele não descartou uma possível intervenção militar na Venezuela. Em resposta à decisão do TCP, Almagro escreveu uma carta aberta com duras críticas. Ele lembrou que o estatuto do Tribunal prevê o julgamento apenas daqueles que ocupem cargos de confiança ou no governo, o que não é o seu caso. Ele escreveu ainda que não lhe foi oferecido o acesso ao processo instaurado pelo TCP e que não houve transparência. Por fim, criticou a posição do Frente Amplio de defender a Venezuela. Além do secretário-geral da OEA, o Frente Amplio também impediu que Raul Fernando Sendic concorra a qualquer cargo nas próximas eleições nacionais, devido às acusações de abuso de poder que o levaram a renunciar ao cargo de vice-presidente.

Fontes: Fontes: [El Observador](#), 14/12/2018; [El Observador](#), 15/12/2018; [El País](#), 14/12/2018; [El País](#), 15/12/2018; [El País](#), 16/12/2018; [El País](#), 18/12/2018.

Diversos problemas causados pela diplomacia chilena

Dois cônsules chilenos lotados na Argentina e na Irlanda, encontram-se sob investigação pelas autoridades de seu país pelo delito de tráfico de migrantes. Ambos os cônsules são acusados de ter

concedido mais de 200 vistos irregulares a estudantes da Índia e do Nepal, entre 2015 e 2017, quando trabalhavam nos consulados desses países. Dos vistos outorgados, 160 estudantes ainda permanecem no Chile e outros utilizaram o ingresso ao país para viajar aos EUA. Em 26 de dezembro, o Ministério de Relações Exteriores entregou informação dos diplomatas às autoridades chilenas e os suspendeu de suas funções no exterior para que voltassem para o Chile durante o processo penal. Além deste episódio, também se registrou outra controvérsia envolvendo a diplomacia chilena, devido a exigência de exame de HIV por parte de alguns consulados para conceder vistos para ingresso no Chile. A denúncia foi feita por um cidadão venezuelano que disse que o Consulado chileno no Peru negou seu visto após identificar que ele tinha HIV. Deputados chilenos e organizações sociais exigiram do governo e do Ministério de Relações Exteriores uma resposta sobre essa irregularidade. A Chancelaria informou que foi um “erro lamentável” porque, segundo a legislação chilena, o exame deve ser voluntário e confidencial e, por meio de um comunicado, lembrou a todas as suas sedes diplomáticas que só podem ser exigidos antecedentes penais e atestado médico no processo de concessão de vistos.

Fontes: [EMOL](#), 26/12/2018; [La Tercera](#), 16/12/2018; [Radiouchile](#), 17/01/2018.

Argentina sedia Cúpula do G20

Entre os dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2018, aconteceu a décima Cúpula do G20 - grupo das 19 maiores economias do mundo e a União Europeia - em Buenos Aires. O presidente argentino, Mauricio Macri, abriu o encontro pedindo às autoridades o mesmo senso de urgência que permeou a primeira Cúpula, 10 anos atrás e reforçou a importância dos mecanismos multilaterais. Macri participou, ainda, de reuniões bilaterais, incluindo uma com o presidente estadunidense Donald Trump e outra com a primeira ministra britânica Theresa May, ocasião que marcou a primeira vez que um chefe de estado inglês foi recebido na Argentina desde a Guerra das Malvinas. Paralelamente ao evento, ocorreram outras reuniões bilaterais e também um encontro dos BRICS. O Brasil foi representado pelo então presidente Michel Temer, que buscou acalmar outros chefes de estado quanto à continuidade do Brasil no Acordo de Paris no novo governo de Jair Bolsonaro. Durante a Cúpula, um forte esquema de segurança fechou diversas vias de Buenos Aires, e pelo menos oito pessoas foram presas

em protestos que tinham como principais pautas a oposição ao G20 e ao FMI. De maneira geral, no entanto, o evento transcorreu sem maiores incidentes, tanto securitários, como diplomáticos, o que, se somando ao consenso que foi alcançado entre as partes no documento final da Cúpula, foi reportado como um êxito do governo de Mauricio Macri, segundo o governo argentino.

Fontes: [Folha De São Paulo](#), 30/11/2018; [G1](#), 30/11/2018; [G1](#), 30/11/2018; [La Nación](#), 01/12/2018; [UOL](#), 30/11/2018.

Argentina e Equador assinam dezenas de acordos de cooperação com a China

Os governos de Argentina e Equador estreitaram relações com a China na busca por mais comércio, investimentos e empréstimos. Em 2 de dezembro, durante a cúpula do G-20 comercial em Buenos Aires, Mauricio Macri e Xi Jinping assinaram 30 acordos de cooperação, os quais darão início ao Plano de Ação Conjunta 2019-2023. As áreas de energia e infraestrutura receberão maior atenção, com expectativa de que os investimentos chineses na Argentina cheguem a US\$ 3,5 bilhões. Já em 12 de dezembro, o presidente equatoriano, Lenín Moreno, fez uma visita de Estado de três dias à China e assinou 10 acordos de cooperação em vários setores com Xi Jinping. Em termos práticos, os acordos renderão quase US\$ 1 bilhão em repasses da China ao Equador, que passará a integrar a Nova Rota da Seda, projeto de Xi para promover investimentos em infraestrutura em diversos países.

Fontes: [El Mercurio](#), 12/12/18; [El Mercurio](#), 13/12/18; [La Nación](#), 02/12/18; [La Nación](#), 03/12/18.

Equador fecha acordos bilaterais com China, Colômbia e Peru

Ao longo do mês de dezembro foram aprovadas importantes medidas para as relações comerciais bilaterais do Equador. Por ocasião do VII Gabinete Binacional Equador-Colômbia, ocorrido nos dias 3 e 4 de dezembro, na cidade de Quito, ambos os países fecharam um acordo de “tolerância zero” contra crimes fronteiriços, em especial para repressão ao narcotráfico e ao crime organizado. No fim do mês, ambos os países ainda firmaram um contrato para transportar óleo bruto da Colômbia para o Equador, através do Sistema de Oleoduto Transequatoriano (SOTE). O

contrato foi firmado entre as empresas Petroequador e Amerisur. Ainda no âmbito do comércio de petróleo e derivados, Equador e Peru assinaram um acordo para venda direta de 4 milhões de barris de petróleo bruto da Petroequador para a Petroperu. O acordo vigorará entre os meses de janeiro e novembro de 2019. Por fim, as tratativas conduzidas por ocasião da visita oficial do presidente equatoriano, Lenin Moreno, à China, ocorrida no dia 14 de dezembro, renderam dividendos para o país latino-americano. Moreno e Xi Jinping, presidente chinês, acordaram em assinar dez acordos de cooperação, que abrangeram as áreas comercial, industrial, de aviação civil, de gestão de riscos, e de segurança. Somando-se todos os valores, as cifras negociadas chegam a atingir US\$ 1 bilhão.

Fontes: [Ecuavisa](#), 12/12/2018; [El Comercio](#), 04/12/2018; [El Diario](#), 20/12/2018; [El Mercurio](#), 04/12/2018; [El Universo](#), 10/12/2018.

Novo presidente mexicano sinaliza transformações para o país

No dia 1 de dezembro, tomou posse o novo presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, conhecido como AMLO, do partido Movimento Regeneração Nacional (MORENA), eleito no primeiro turno com 53% dos votos, em julho de 2018. Na cerimônia de posse, que contou com o maior número de líderes estrangeiros já registrados na história mexicana, AMLO prometeu realizar uma grande transformação nacional acompanhada por uma mudança de regime político. A despeito de criticar arduamente o modelo neoliberal implementado no México nas últimas três décadas, Lopez Obrador se comprometeu a respeitar os contratos internacionais assumidos anteriormente pelo país e defendeu uma política de austeridade com cortes significativos nos gastos públicos. No que diz respeito à política externa, o presidente eleito propugnou os princípios constitucionais do país de não intervenção, autodeterminação, solução pacífica de controvérsias e cooperação para o desenvolvimento e afirmou que manterá boas relações com todos os povos e governos do mundo. Com a mudança de governo, novos nomes foram indicados para os principais postos do serviço exterior, a exemplo da diplomata de carreira Martha Bárcena, que se tornará a primeira mulher, na história da diplomacia mexicana, a ocupar o cargo de embaixadora do México nos EUA. Também houve mudanças nas subsecretarias de Relações Exteriores, América do Norte, América Latina e Caribe e para Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos. Em paralelo à movimentação de cadeiras na Secretaria de

Relações Exteriores (SRE), outro assunto que chamou atenção foi o corte de 80% dos recursos destinados ao serviço consular mexicano no orçamento do governo para 2019. Também ocorreu o protesto de diversos embaixadores mexicanos, por meio do envio de cartas à divisão de recursos humanos da SRE, contra a Lei Federal de Renumerações dos Servidores Públicos. Pela lei, que entrou em vigor no fim de novembro, foram limitados os auxílios financeiros concedidos aos diplomatas mexicanos, tais como auxílio moradia e educação.

Fontes: [El Universal](#), 01/12/2018; [El Universal](#), 07/12/2018; [El Universal](#), 14/12/2018; [El Universal](#), 20/12/2018; [Excelsior](#), 01/12/2018; [Excelsior](#), 06/12/2018; [Excelsior](#), 20/12/2018; [Milenio](#), 18/12/2018.

López Obrador define novos rumos para a política externa mexicana

No dia 1º de dezembro, Andrés Manuel López Obrador, também conhecido como AMLO, do partido Movimento Regeneração Nacional (MORENA), tomou posse como novo presidente do México, propondo uma política externa centrada no respeito aos direitos humanos dos migrantes e na cooperação internacional para o desenvolvimento focada nos países da América Central. Na agenda de migrações, sua primeira ação foi assinar acordo bilateral com os EUA, sendo que Washington prometeu investir 5,8 milhões de dólares, incluindo fontes públicas e privadas, nos países centro-americanos. O governo mexicano também anunciou o aumento de 50% do salário mínimo na região de fronteira com os EUA e, depois de medidas estadunidenses de deportação de migrantes, reafirmou seu compromisso com o respeito aos direitos dos migrantes, prometendo-lhes assistência e segurança em solo mexicano. No que tange ao tema de cooperação, AMLO lançou o Plano de Desenvolvimento Integral com três governos centro-americanos, em parceria com o setor privado doméstico e bancos multilaterais de desenvolvimento. O Chanceler mexicano reafirmou os esforços para a realização de uma Cúpula Empresarial Multilateral no primeiro trimestre de 2019 a fim de aumentar as oportunidades de investimento dirigido aos países do Triângulo Norte (El Salvador, Guatemala e Honduras).

Fontes: [Correio Braziliense](#), 19/12/2018; [Publico](#), 01/12/2018; [Sputniknews](#), 19/12/2018; [Sputniknews](#), 20/12/2018; [Vanguardia](#), 08/12/2018.

Países latino-americanos procuram sistematizar dados sobre cooperação na região

Nos dias 11 e 12 de dezembro, foi realizado, na cidade do Panamá, o workshop Avanços na sistematização, mensuração de bolsas de estudo e treinamento no âmbito da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América. O evento foi organizado pelo Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) e pela Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB). Durante o workshop, foi debatida uma metodologia para a sistematização e mensuração de bolsas de estudo e foram definidos elementos para a valorização do intercâmbio de conhecimentos realizado por meio da Cooperação Sul-Sul. Além disso, dois países da região, Argentina e Paraguai, assinaram Memorando de Entendimento, em 20 de dezembro, com a Coreia do Sul a fim de fortalecer organizações técnicas e agrícolas em gestão e infraestrutura. O memorando foi assinado no bojo dos preparativos para a segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul, que terá lugar nos dias 20 e 22 de março de 2019, em Buenos Aires. Outro avanço nessa agenda foi o acordo assinado, entre Chile e Paraguai, de implementação de uma nova justiça comunitária e de paz, por meio da criação de uma rede de Casas de Justiça e de um sistema jurisdicional mais próximo dos bairros e das comunidades. O objetivo dessa cooperação bilateral é aproximar as comunidades de base ao acesso à justiça.

Fontes: [La Estrella](#), 17/12/2018; [Ministerio de Relaciones Exteriores de Argentina](#), 21/12/2018; [PIFCSS](#), 17/12/2018.

Ministra de Relações Internacionais e Cooperação anuncia “nova era” para a política externa sul-africana

Em dezembro, a África do Sul votou à favor de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que condena as violações de direitos humanos em Myanmar, praticadas contra a minoria Rohingya. Porém, no mês anterior, o país havia decidido se abster na votação da mesma resolução. A ministra de Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, Lindiwe Sisulu, declarou que a mudança de voto inaugurava a “nova era” da política externa do país. Ao mesmo tempo, de acordo com Sisulu, a reversão representa uma volta aos princípios fundamentais sul-africanos de combate à violações de direitos humanos. A nova política anunciada por Pretoria é que resoluções sobre

países específicos deverão ser analisadas caso por caso, o que vai de encontro à política oficial anterior, de que o país deveria se abster nessas situações. Um exemplo dessa nova política colocada em prática foi que, no caso de Myanmar, a África do Sul foi a favor da condenação, mas no caso da Rússia, o resultado foi outro. Também na AGNU, o país decidiu votar contra a resolução que condena violações de direitos humanos praticadas pelo governo russo na região da Crimeia. Outros 27 países fizeram o mesmo, entre eles a própria Rússia, e também China, Coreia do Norte, Índia e Irã. Mais exemplos dessa nova política colocada em prática poderão ser observados quando a África do Sul assumir o seu terceiro mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no início de 2019.

Fontes: [Daily Maverick](#), 24/12/2018; [Eyewitness News](#), 24/12/2018; [News24](#), 25/12/2018.

Índia avança projetos de cooperação com a França e a China

Em 15 de dezembro, os ministros das relações exteriores da Índia, Sushma Swaraj, e da França, Yves Lhe Drian, se reuniram em Nova Deli para revisar os avanços do pacto bilateral para a construção de seis reatores nucleares em Jaitapur com capacidade de produção de 10 Giga watts de energia. O pacto representa uma contribuição significativa para o objetivo indiano assumido na Conferência Climática de Paris de produzir 40% de sua eletricidade a partir de fontes alternativas aos combustíveis fósseis até 2030. Os chanceleres também debateram a iniciativa de projetos conjuntos na África na área de desenvolvimento sustentável em parceria trilateral com a Aliança Solar Internacional. Além disso, em 21 de dezembro, Swaraj se reuniu com o chanceler chinês, Wang Yi, em Nova Deli, durante o terceiro painel de alto nível Índia-China para debater novos projetos de cooperação com o objetivo de ampliar as trocas culturais e entre pessoas entre os dois países. Ao final do encontro, os ministros das relações exteriores da Índia e da China chegaram ao consenso em 10 pontos: trocas culturais, cooperação em filmes e televisão, cooperação em administração de museus, cooperações esportivas, trocas entre juventudes, cooperação em matéria de turismo, trocas entre cidades e estados, cooperação em medicina tradicional, cooperação em yoga e cooperação em educação.

Fontes: [Live Mint](#), 15/12/2018; [News 18](#), 21/12/2018; [Prensa Latina](#), 15/12/2018; [The Afternoon](#), 22/12/2018; [The Economic Times](#), 15/12/2018; [The Economic Times](#), 21/12/2018; [The Indian Express](#), 21/12/2018.

China segue sua corrida para alcançar as outras potências

No bojo de uma “guerra comercial” com os EUA, que evidencia uma forte competição entre as duas maiores potências econômicas do mundo, a China também avança a passos largos no campo tecnológico e espacial. Um exemplo é o desenvolvimento da tecnologia quântica, apontada pelo presidente chinês como grande aposta para a comunicação global do futuro. Essa tecnologia se baseia em computadores que utilizam átomos ao invés do sistema binário que os computadores possuem atualmente. Assim, além de serem muito mais rápidos e seguros, revolucionarão o sistema de base de dados e serão capazes de gerar novos tipos de conflitos cibernéticos. No campo espacial, o país teve sucesso com o pouso da sonda “Chang’e-4”, enviada para o “lado oculto da Lua” no início de dezembro de 2018. O evento aconteceu junto à cooperação da Suécia e da Alemanha e promete trazer muitas descobertas para a humanidade sobre o sistema solar e a própria Lua. No campo da cooperação com países africanos, o governo chinês anunciou que, a partir de 2019, países da África Ocidental receberão programas de desenvolvimento de cadeia de valor de arroz. No contexto do programa, os países beneficiários terão acesso a capacitação e troca de experiências em irrigação, gestão de controle de água, adaptação de pequenos equipamentos para a produção de arroz, entre outros. O projeto será desenvolvido no plano sub-regional, pensado a partir das necessidades dos países: Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Guiné-Conakry e Senegal.

Fontes: [BBC](#), 30/12/2018; [BBC](#), 03/01/2019; [China Daily](#), 20/12/2018; [China Daily](#), 05/01/2019; [Folha de São Paulo](#), 07/12/2018; [News Ghana](#), 21/12/2018; [Xinhua Net](#), 03/01/2019.

Governo turco busca reduzir influência de Gülen e acelerar sua extradição

Dois anos após a tentativa de golpe na Turquia, onde 251 pessoas morreram e cerca de 2 mil ficaram feridas, o governo turco não reduziu esforços em prender aquele que acusa de ser seu principal responsável, Fethullah Gülen. As buscas, apreensões, investigações e julgamentos de supostos participantes do Organização Terrorista de Fethullah (Fetö, na sigla em turco) também não cessaram. Oficiais da Turquia dizem que a maioria das solicitações de

asilo de turcos na Europa nos últimos 2 anos, mais de 17 mil, é de pessoas ligadas ao Fetö. No mês de dezembro, 24 presos acusados de participação nessa tentativa de golpe foram condenados à morte. Além da caça a pessoas apontadas pelo sistema de justiça como envolvidas, o governo liderado pelo Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco) tem solicitado o fechamento de escolas do Movimento Hizmet (ou Movimento Gülen), como ocorreu no Quirguistão no final de 2018. Em dezembro, escolas no Paquistão e na Venezuela, criadas por este mesmo movimento, foram transferidas para a Fundação Maarif, satisfazendo a vontade de Ankara, que visa a reduzir a influência de Fethullah nacional e internacionalmente. No mesmo mês, jornais turcos e o *The New York Times* noticiaram a ida à Turquia de uma delegação dos EUA, país onde vive Fethullah desde 1999. Acredita-se que esta equipe seja responsável pela possível extradição de Gülen, que é aguardada e negociada pelo governo turco desde 2016.

Fontes: [Daily Sabah](#), 21/12/2018; [Hürriyet Daily News](#), 28/12/2018; [The New York Times](#), 16/12/2018; [TRT](#), 30/11/2018 a 03/01/2019; [TRT](#), 07/12/2018 a 01/01/2019; [TRT](#), 30/12/2018 a 03/01/2019.

Direitos humanos são ameaçados do sul ao norte

A Assembleia Nacional da Nicarágua cancelou, no dia 13 de dezembro, o registro legal do Centro Nicaraguense de Direitos Humanos (CENIDH). O CENIDH funcionava há 28 anos, documentando mortes e abusos de poder em protestos contra Ortega, e é o quarto a ter o registro jurídico cancelado. Para a Anistia Internacional, a intenção do governo de Daniel Ortega é silenciar as denúncias. A organização publicou, dia 21 de dezembro, um relatório realizado pelo Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes, acusando o governo de Ortega de cometer crimes contra a humanidade durante a crise iniciada em abril de 2018. O relatório alerta que as instituições públicas utilizaram de aparato repressivo, a fim de matar e perseguir opositores. No Brasil, Direitos Humanos também estão sendo ameaçados. O presidente Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), assinou na terça-feira, dia 10 de janeiro, uma medida provisória que retira a população LGBT da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos Direitos Humanos. Na mesma semana, o Ministério da Saúde retirou do ar uma cartilha voltada para a saúde sexual de homens trans. O novo presidente

do Brasil também assinou um decreto esvaziando as principais atribuições da Fundação Nacional do Índio (Funai), deslocando a função de delimitar terras indígenas e quilombolas para o Ministério da Agricultura, instituição que representa interesses do setor agropecuário brasileiro. Além disso, o presidente boliviano, Evo Morales, demonstrou profunda indignação com as declarações de cunho racista realizadas pelo deputado brasileiro, Rodrigo Amorim. O deputado afirmou, no dia 4 de janeiro, durante uma reivindicação feita pela ocupação Aldeia Maracanã, que quem gosta de índio deveria ir para a Bolívia. Na Europa, os prefeitos das principais cidades italianas anunciaram que não irão cumprir o decreto de imigração do ministro do interior e líder do partido de extrema-direita, Matteo Salvini. Leoluca Orlando, prefeito de Palermo, afirmou que o texto do decreto viola os Direitos Humanos.

Fontes: [Anistia Internacional](#), 13/12/2018; [Anistia Internacional](#), 21/12/2018; [Milenio](#), 02/01/2019; [Nodal](#), 07/01/2019; [Página 12](#), 03/01/2019; [Revista Fórum](#), 02/01/2019.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

